



RESISTÊNCIA EPISTÊMICA E PENSAMENTO AFRICANO

Jair Morna Djú¹
Julinho Da Silva²
Peti Mama Gomes³

RESUMO

A civilização europeia ocidental direta, a partir do século XIX, utilizou a administração como instrumento de dominação colonial sobre os territórios africanos ultramarinos. Portugal, como parte de sua estratégia governamental, desenvolveu uma missão de civilizar os povos africanos, promovendo a ideia de superioridade da cultura portuguesa em relação às culturas nativas africanas. Antropólogos e missionários europeus desempenharam um papel crucial na criação de discursos distorcidos que moldaram a percepção do continente africano. No entanto, os saberes africanos resistiram às práticas e discursos eurocêntricos que negavam o continente africano como um local de riqueza epistêmica. Essa herança tornou-se mais difícil para os africanos compreenderem sua própria cultura e identidade, bem como para estrangeiros entenderem a complexidade política, religiosa, social, cultural, ontológica e epistêmica desse continente e seus habitantes autóctones. Portanto, há uma necessidade de desenvolver uma gnose africana capaz de atender as demandas do continente, ou seja, que recupere epistemologias de conhecimento endógeno.

Palavras-chave: África; continente; história; Gnose.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira., Campus Palmares, Discente, jairdju97@gmail.com¹

Universidade federal de Santa Maria, Campus Sede, Discente, rassbycalichara@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira., Campus Palmares, Docente, mamina31gomes@gmail.com³



INTRODUÇÃO

Quanto mais nos dedicamos à reflexão crítica sobre quem somos hoje, mais percebemos a necessidade de retomar algumas questões que desafiam os investigadores e analistas envolvidos com os assuntos relacionados com África. Talvez uma simples produção de conhecimento não seja suficiente para abordar as narrativas relevantes que foram elaboradas sobre o continente ao longo de milênios. No entanto, não podemos negar que a produção de conhecimento desempenha um papel importante. O que não deve ser uma incerteza é a importância de abordar essas questões de forma mais profunda, indo além de uma abordagem extrativista. Isso significa evitar uma abordagem superficial que se assemelha a um tipo de “turismo científico lúgubre”, muitas vezes viabilizado apenas por investimentos externos ou separados dos esforços de nossos “estados frágeis”.

Configura-se, em certa medida, um capítulo de negligência, frequentemente observado entre aqueles a quem se confia a responsabilidade pelo destino de África. Muito dos/as nossos/as pesquisadores/as que de alguma maneira são responsáveis e responsabilizados pela imagem que o continente tem tido projetado aos seus congêneres, portanto, de séculos atrás. Porque, se for o caso, dissolvemos a dita responsabilidade, de acordo com a ciência política, que em muitos dos casos prefere contemplar a organização política legal, ou seja, o Estado, como o responsável para o ordenamento territorial e, por fim, o bem-estar das Nações nele presente. De igual modo, os pesquisadores, sobretudo, se considerarmos tensões científicas como a base para o bom funcionamento territorial e gestão da nação que, outros até categorizam de “Desenvolvimento endógeno” projetável como modelo, não constituiria um pecado ver nos intelectuais uma certa responsabilidade para a clarificação dos pressupostos messiânicos que vão ao encontro daquilo que, realmente, é a responsabilidade no sentido de uma função intermediária ou de advocacia da nação perante o Estado.

Portanto, a necessidade de assumirmos as nossas responsabilidades no sentido de facilitar uma intermediação saudável e estratégica para melhorar as nossas relações internas entre os povos dos países, entre os países e de continente com os outros continentes. Neste trabalho, enfatizamos a importância de compreender as complexidades que permeiam a realidade africana que vão desde os desafios como ingovernabilidade; empréstimos ou fundamentalismo conceitual exógenos em África; até as agendas impostas externamente, bem como, as instabilidades e confrontos étnicos, regionais e religiosos presentes em muitos dos Estados em África, mesmo que se tenha banalizado suas entranhas, convém neste demonstrar que há presente um complexo extremo que requer uma abordagem sociológica cuidadosa para compensar uma África renovada.

METODOLOGIA

Decidiu-se adotar neste trabalho o conduto metodológico qualitativo por parecer-nos mais viável para a análise que desencadeamos. A pesquisa qualitativa visa analisar e compreender o sentido que uma determinada sociedade concede a um fenômeno ou acontecimento que ocorre dentro dela (CRESWELL, 2010).

No entanto, fazemos um mapeamento dos debates teóricos existentes sobre essa temática. Essa análise tem como centro o conteúdo obtido através da pesquisa bibliográfica, isto é, a partir dos livros, artigos e ensaios que discutem a temática em que trabalhamos. (LAKATOS E MARCONI, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se considerarmos a tendência romântica nascida do eurocentrismo egocêntrico dos colonizadores, fica evidente que Toyin Falola (2007) estava dando passos firmes em direção ao que tem sido necessário debater.



Ele argumenta que “Uma nação tem muitas faces e histórias, e todas elas devem ser consideradas” (FALOLA, 2007, p. 24). Falola não foi o primeiro a problematizar a necessidade de um conhecimento que vá além do padrão europeu. Da mesma forma, Carlos Cardoso (2012) também abordou questões relacionadas à emancipação, enfatizando a importância da produção científica na África externa para os desafios sociais. Ambos desenvolvem para promover a necessidade de desenvolver uma complexidade sociológica real ao considerar a configuração atual na África.

Perante afirmações reflexivas feitas pelo Toyin (2007), reconhece-se que houve na realidade africana um esforço cruel de homogeneizar o modo de existência em África, este nos primeiros mandatos têm sido políticas divisionistas que tinha nada, porém, menos ao bem-estar das nações, de maneira que, esses pensamentos são conduzidos e renovados até aos nossos dias. Mesmo que ainda seja evidente a procissão retrógrada desses esforços, a única coisa que nos torna bem calóricos é, de facto que, África como qualquer outro continente, projeta uma complexidade de vivências que precisam ser registrados e comunicados fielmente. Isso, porém, possibilitará que divina o reencontro não com a África do primitivismo como tem, lamentavelmente, demonstrado pelos pesquisadores antropológicos veiculados, na Europa, dos séculos XVIII/XIX. O pragmatismo libertário conhecido a partir de crenças explicativas de Hountundji (2008), são tudo, menos triviais, porque, mais que nunca, denota argumentos válidos à consecutiva revisitação. Sobretudo quando vê possibilidade de haver bases fundantes para a dissociação daquilo que se vinha a ser produzido à volta do pensamento africano.

Houtundji (2008), assim como Cardoso (2012), os dois têm depositado muita energia em pedir socorro para que, na África, institucionaliza-se dali os mandos estatísticos, de maneira resiliente, expor os fundamentos que os dados impunham a disposição do Estado para efetivamente fazer frente às demarcações e as necessidades da Nação. Uma responsabilidade imputada às autoridades políticas nacionais. E, por fim, dar de conhecer de modo transparente esses levantamentos aos povos.

Mas o que se verifica, mais uma vez, configura-se naquilo que Mahmood Mamdani (2016) compreende como violência herdada de um processo estável que durou muito mais tempo do que se pode descrever. Isso fica claríssimo quando diz que, “o nativo que adota a violência para garantir sua liberdade é a vítima que se torna criminoso” (MAMDANI, 2016, p. 391). Ao primitivismo não somos apologistas, até porque constitui numa taxaço eurocentrada como demanda compreender o nosso amado Toyin Falola (2007), quando este despende a respeito do poder de definir ou nomear as coisas. Um fato que todo um intelectual deve considerar de imperativo para clamar o sonoro que a humanidade precisa ter em cheque.

O espaço político socioeconômico que a África tem ocupado ao longo da história da humanidade, é vista, maculosamente, pelo que têm sido instituídos por europeus no continente durante a colonização. Ou seja, desnublar que, as crises e os conflitos que, na África, são sempre tratados como ausência da capacidade de pensar entre os africanos constitui uma estratégia pensada dentro do macro neocolonialismo para continuar de tacto a nomear outrora definir o que consumimos. Portanto, provavelmente que, não seria exaustiva o que Falola (2007) preconiza como elemento teórico importante para a análise que está a ser feita aqui, isso sim, quando apresenta que:

Deve haver a criação de uma Africana, como uma voga popular permanente, em fatias que apelarão para diferentes gerações de modo a não haver tensões para determinar quem sejam os guardiões desse saber. Podemos todos ser beneficiários de uma voga, em vez de gastar todo o nosso precioso tempo discutindo acerca da autenticidade e de suas raízes. A voga pode ser atemporal, pode até conter o exótico, mas o mais importante é a marca do simbolismo do saber africano (FALOLA, 2007, p. 23).

Por tanto que almejamos o discernimento, ou ainda, mesmo que o imperativo construtivo nos seduz para o confronto com ditas epistemologias, embora, a Sociologia enquanto uma ciência que explica as complexas



configurações presentes nas sociedades identificadas, considera que não se pode ou deve evitar a lógica do confronto – porque, isto é próprio do ser indivíduo –, aqui se tem presenteado que o tempo é precioso, portanto, a tarefa dos pesquisadores no sentido funcional supra-colocado não constitui na necessidade de justificar perante a Europa que também somos. Como tem sido os esforços congregados pelos primeiros historiadores africanos, quando estes diziam que: se a Europa alega ter uma história, África também tem, que convida qualquer leitor atento às questões africanas a ver o seguinte, a reprodução da lógica eurocêntrica, isso constatamos a simples realidade: África tem a História; Europa tem a História, isso sim, deve ser chamado da equidade ou igualdade, contrário à subalternização, inferioridade e o escravismo. Apesar de ser um esforço bom e caminhos para a definição de uma nova abordagem, inclusive, hoje, podemos identificar e saudar a epistemologia do Sul-Global, como resgatadores dessa dor frenética que tem constituído a história. Ou que a África não possui história.

CONCLUSÕES

Por conseguinte, fica mais que evidente a abdicação de “turismo científico” por parte dos intelectuais africanos e se comprometerem com a criação de agências de pesquisas credíveis e comprometidos com as necessidades prévias e de longas duração para os povos africanos; lembrar sempre que o Estado deve ser o primeiro parceiro na construção de abordagens que fielmente retrata as imperiosas diretrizes de uma renovada África e suas nações. Isso tudo, tem uma simples explicação: promover, sob uma perspectiva sociológica, a compreensão da complexidade presente na África, com o objetivo de devolver o pluralismo como um modo de vida. Além disso, se houver uma noção mínima de rede e interação para o funcionamento dos Estados-nações africanos, baseada na coerência necessária para a produção e gestão epistemológica, não demorará a ocorrer uma transformação em direção a uma África renovada. Mas para isso tornar, urgentemente, uma realidade, nós precisamos assumir as nossas responsabilidades direcionadas à não banalização do ofício da pesquisa no continente. O que vem constituindo, a inércia de um pensamento africano libertador.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, pela oportunidade de participar na XIX semana universitária.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Carlos. Da possibilidade das ciências sociais em África. In: SILVA, T. C.
FALOLA, Toyin. NACIONALIZAR A ÁFRICA, CULTURALIZAR O OCIDENTE E REFORMULAR AS HUMANIDADES NA ÁFRICA. - Afro-Ásia, 36, 2007 pp. 9-38 9.
- LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1996.
- MAMDANI, Mahmood. Entendendo a violência política na África pós-colonial. In: O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). - Brasília: FUNAG, 2016. p. 375-411
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os



Estudos Africanos. - Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008, pp. 149-160.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa, Métodos, Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.